



HERDEIROS DO PORVIR

Ano XX – Nº 38
Julho/Agosto/Setembro 2014
Distribuição gratuita

Independência do Brasil, ontem e hoje





76.º aniversário do Chefe da Casa Imperial do Brasil

No dia 6 de junho último completou 76 anos o Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança. A data foi comemorada com jantar na Sede da Pró Monarquia, com a presença de seu irmão D. Bertrand, seu sobrinho D. Gabriel (foto menor), os amigos Dr. Eduardo de Barros Brotero, Dr. Plínio Vidi-gal da Silveira, Dr. Mario Navarro da Costa, Prof. Bernard Barrandon, além de colaboradores mais próximos. A saudação, feita pelo Dr. José Guilherme Beccari, presidente da Pró Monarquia, enalteceu a figura de nosso Imperador “de jure” e lembrou o triste legado deixado pela república. D. Luiz agradeceu, salientando que existe no Brasil um verdadeiro renascer de simpatia pelos ideais monárquicos, sobretudo entre jovens que se articulam usando os mais modernos meios da internet, o que lhe dá muita esperança de uma próxima restauração monárquica.



São Luiz IX, modelo de monarca cristão

HAYLEY RIBEIRO DE BARROS

Completo-se em 25 de abril do corrente ano o oitavo centenário de nascimento de São Luiz, Rei de França (iluminura), e não poderíamos deixar de lembrar tão insigne data. O homenageado mereceria muitas páginas para lembrarmos sua rica história, mas infelizmente nosso espaço é limitado.

O seu longo e fecundo reinado foi altamente benéfico para a França e, apesar das guerras e dificuldades, constituiu um excepcional momento religioso, político, econômico, militar e cultural designado como “o século de ouro de São Luiz”. Para ilustrar seu fervor religioso, conta-se que às sextas-feiras não colocava a coroa nem permitia que alguém usasse qualquer ornamento na cabeça, por ser o dia em que Jesus Cristo foi coroado com espinhos. Era intolerante com toda forma de mal, especialmente a blasfêmia, a prostituição e o jogo. Por outro lado, nunca negligenciava o cuidado para com os pobres. A reputação de santidade e de justiça do soberano era tal, que regularmente era escolhido como árbitro das desavenças entre os monarcas do Velho Continente. Os muçulmanos em suas discórdias o tomaram como árbitro, durante os meses em que esteve prisioneiro deles no Egito, durante a Sétima Cruzada.



Sem dúvida a capela mais esplendorosa até hoje construída é a Sainte-Chapelle (foto), localizada no coração de Paris, erigida por Luiz IX para abrigar a Coroa de Espinhos de Jesus Cristo e um fragmento da cruz da Crucificação.



Em seu reinado foram também edificadas magníficas catedrais góticas, como Amiens, Rouen, Beauvais, Auxerre e Saint-Germain-en-Laye. A França atingiu um apogeu cultural e político durante seu reinado, e se tornou o centro das artes e da vida intelectual com a criação das universidades, especialmente a Sorbonne.

O zelo do monarca em defesa da Fé ultrapassou as fronteiras francesas. Desde sua coroação em Reims considerou-se investido como “Lugar-tenente de Deus na Terra”, e assim organizou duas Cruzadas para libertar a Terra Santa de mãos maometanas, vindo a morrer com 56 anos em Cartago, durante campanha militar. Seu corpo, conforme testamento, foi colocado sobre um leito de cinzas, em sinal de humildade, e seus braços em forma de cruz, à imagem de Cristo. Posteriormente foi levado para a França por seu filho e sucessor Filipe, e repousou na necrópole real da abadia de Saint-Denis.

HERDEIROS DO PORVIR

Publicação da Pró Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.
Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3822-4764
www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdopovir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco
Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)
Redator Chefe: Geraldo Hélon Winter
Diagramação: Luis Guillermo Arroyave
Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco



A Princesa D. Christine de Ligne de Orleans e Bragança foi entrevistada por Kris Clerckx, jornalista belga radicado em São Paulo. O depoimento faz parte do livro *"Belgen in Brazilê" – "Belgas no Brasil"* – apresentado na exposição *"Viva Brasil"*, no BELvue Museum, de Bruxelas.



O Presidente da Câmara Municipal de Campinas (SP), Aparecido Campos Filho, recebeu D. Bertrand, em 23 de abril, para a palestra no Tênis Clube da cidade, com o tema *"O Brasil, uma Nação predestinada a um futuro glorioso"*. Mais de 300 pessoas estiveram presentes.



Em 7 e 8 de maio D. Bertrand visitou a cidade de Araguaína (TO), onde fez palestra na Faculdade Dom Orione e lançou na GEP Livraria seu livro *"Psicose Ambientalista"*, com sessão de autógrafos.



O Círculo Monárquico do Rio de Janeiro, em parceria com o Vereador Cesar Maia, homenageou em 13 de maio, na Câmara Municipal da cidade, a Princesa Isabel pelos 126 anos da assinatura da Lei Áurea. D. Antonio de Orleans e Bragança e sua esposa, D. Christine, representaram a Família Imperial.

Ibsen Noronha (1º à esq.), professor da UnB e o primeiro brasileiro a lecionar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, lançou na Faculdade de Direito da USP, em 14 de maio, o livro *"História do Direito Brasileiro"*, do qual é co-autor. D. Bertrand e uma comitiva de monarquistas estiveram presentes.



D. Bertrand visitou, em 15 de maio, a convite do Pe. Pierre Salabert, o Seminário Maria Mater Ecclesiae, em Itapeverica da Serra (SP), falando para dezenas de padres e seminaristas. O tema da conferência foi *"A missão providencial do Brasil"*.



Os Reis da Bélgica, Philippe Léopold Louis Maris e Matilde d'Udekem d'Acoz, reinauguraram, em 21 de junho, no Rio, a placa que dá nome à Avenida Rainha Elizabeth, rainha belga de 1909 a 1965, a qual incentivou as artes no Brasil. Ao fundo, D. Antonio e D. Christine, representando a Casa Imperial brasileira.



A diretora da empresa Moque.ca Digital Intelligence, Marina Lopes de Azevedo (à direita de D. Luiz), apresentou aos príncipes e colaboradores da Pró Monarquia, em 4 de julho, os benefícios do ingresso desta nas redes sociais, mais precisamente no Facebook. Milhares de internautas já acompanham a página.

Independência do Brasil, ontem e hoje

GERALDO HELSON WINTER

Ao adentrarmos setembro, mês no qual comemoramos nossa Independência de Portugal, nada melhor do que rememorar alguns fatos que precederam tão importante acontecimento, mas ao mesmo tempo lembrar: precisamos de uma segunda Independência, talvez tão importante quanto a de 1822! Precisamos urgentemente nos livrar dos grilhões de uma ditadura republicana, a qual nos impõe uma burocracia das mais despóticas; da corrupção generalizada, que atinge todos os níveis da administração pública; da insegurança jurídica, a qual freia qualquer iniciativa de investimento; da ineficiência estatal, que vem sucateando nossa precária infra-estrutura; e, por último mas não menos importante, de um conjunto de leis visando desestruturar o seio familiar e o direito de propriedade.

* * *

A Ata da reunião do Conselho de Estado em que se decidiu a Independência do Brasil foi assinada por uma jovem soberana, esposa de D. Pedro I, de apenas 25 anos, D. Leopoldina de Habsburgo, no dia 2 de setembro de 1822. Ela exerceu grande influência em todo o processo. Os brasilei-

ros sabiam que as Cortes portuguesas pretendiam chamar D. Pedro de volta. Havia temores de que uma guerra civil separasse a Província de São Paulo do resto do Brasil. Nesse contexto, D. Pedro entregou o poder a D. Leopoldina a 13 de agosto de 1822, e nomeou-a Chefe do Conselho de Estado e Princesa-Regente interina do Brasil, com poderes legais para governar o País durante a sua ausência, partindo para São Paulo.

D. Leopoldina recebeu notícias informando que Portugal estava preparando uma ação militar contra o Brasil e, sem tempo para aguardar o retorno de D. Pedro, aconselhada por José Bonifácio de Andrada e Silva e usando de seus atributos de chefe interina do governo, reuniu-se na manhã de 2 de setembro de 1822 com o Conselho de Estado, assinando o Decreto da Independência e declarando o Brasil separado de Portugal.

D. Leopoldina enviou carta a D. Pedro, juntamente com outra de José Bonifácio, insistindo para que proclamasse a Independência, em razão de ela já tê-la decretado, pois as Cortes portuguesas exigiam o retorno de D. Pedro e, caso isso não ocorresse, programavam ação militar contra o Brasil. D. Leopoldina tinha enviado também papéis recebidos de Lisboa e comentários

de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado às Cortes, pelos quais o Príncipe-Regente se inteirou das críticas que lhe faziam na Metrópole. As notícias chegaram ao Príncipe no dia 7 de setembro de 1822, levando-o a proferir, junto ao Riacho do Ipiranga, em São Paulo, o famoso Grito do Ipiranga: *"Independência ou Morte!"*

D. Pedro voltou ao Rio de Janeiro e, em 12 de outubro, foi proclamado Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Em 1.º de dezembro de 1822 foi sagrado e coroado. A Independência do Brasil foi oficialmente reconhecida por Portugal em 1825.

A história do Brasil, depois de 7 de setembro de 1822, é bastante conhecida, mas poucos consideram quanto o Brasil deve a um jovem príncipe e a uma igualmente jovem princesa que foram capazes de tomar a atitude certa para salvar o Brasil de sua dissolução e ruína.

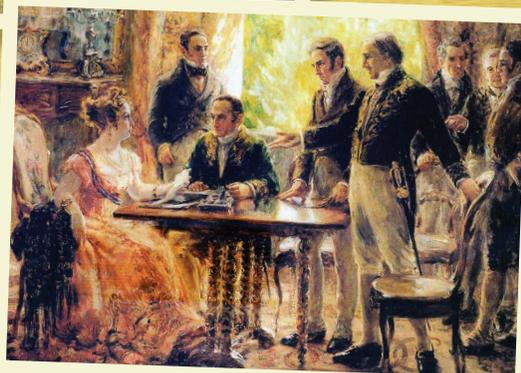
* * *

Hoje precisamos de um novo brado de *"Independência ou morte!"* Desta vez, entretanto, é necessário seja dado por toda a população brasileira, sempre dentro da legalidade. E a Casa Imperial brasileira, embora não reinante e apolítica, certamente vê com



Com grande apoio popular, nossa Independência é proclamada em 7 de setembro de 1822

D. Leopoldina dirige o Conselho de Ministros de Estado



D. Pedro I é proclamado Imperador e "Defensor Perpétuo do Brasil"



bons olhos toda iniciativa visando restaurar a boa ordem social outrora existente. O Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, em rápidas pinceladas, descreve na página seguinte como poderia ser tal restauração.

Pode-se comparar o Brasil a um imenso transatlântico pronto a zarpar e singrar altos mares, mas infelizmente permanece atado ao cais por centenas de cabos. A rota está determinada, a tripulação a postos, os motores ligados, as correntes marítimas favoráveis, mas não sai do lugar...

Cada brasileiro saberá identificar quais são estas amarras, pois é vítima delas. Procuraremos, entretanto, especificar algumas, sabendo de antemão que a relação delas se torna cada dia mais numerosa.

Começemos com a carga tributária, uma das mais altas do planeta, e em retribuição o cidadão brasileiro recebe praticamente nada. E se quiser melhor ensino, assim como saúde e segurança, deve destinar fatias expressivas de seu salário para isso.

A “burocracia” só favorece uma corrupção endêmica. As leis absurdas, impossíveis de serem observadas, criam situação na qual, para se conseguir qualquer autorização de órgãos públicos, precisa-se muitas vezes lançar mão da “propinabrás”. Para tudo é necessária uma quantidade enorme de documentos, autenticações, fiscalizações, carimbos de toda ordem, etc. A regra é criar dificuldades para vender facilidades.

Com relação à infraestrutura... Segundo se lê em jornais, a maioria das estradas cuidadas pelo poder público estão em completo abandono, assim como linhas

férreas e portos. Dinheiro para a Copa, entretanto, não faltou, apesar de estádios superfaturados, custando ao menos o dobro do previsto. O de Brasília, como não poderia deixar de ser, foi o mais dispendioso, verdadeiro elefante branco que será utilizado somente para jogos da quarta divisão do futebol... O *Olimpiastadium*, construído para a Copa de 2006 na Alemanha, custou R\$ 420 milhões, enquanto nenhum dos nossos saiu por menos de R\$ 700 milhões. Tudo com financiamento público!

Está na moda falar-se em mobilidade urbana, mas nenhuma grande capital brasileira tem metrô que leva ao aeroporto, e as linhas de ônibus são insuficientes e superlotadas. As promessas das últimas eleições de 2009, de se construir um trem-bala ligando São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília, não saíram do papel.

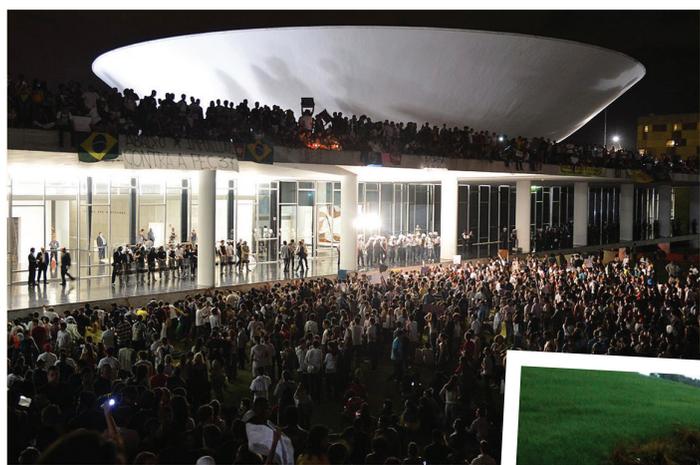
Com relação à saúde, o número de leitos em hospitais públicos caiu 15% nos últimos 10 anos. As vultosas verbas destinadas ao setor (4% do PIB) muitas vezes se perdem pelo caminho, com compras superfaturadas e propinas de toda ordem. A contratação de “médicos” cubanos, ao invés da elaboração de um plano de carreira para o médico brasileiro, está servindo mais para a transferência de nossos suados recursos para a ditadura castrista.

Não obstante a Petrobrás reclamar de defasagem nos preços dos combustíveis, temos a gasolina das mais caras do mundo. Os serviços de telecomunicação não ficam atrás, com o preço do minuto custando várias vezes mais do que em países do primeiro mundo (isso quando a ligação não é interrompida por falha técnica).

No que diz respeito à segurança, as cifras não poderiam ser mais trágicas. A cada ano morrem mais de 50 mil pessoas assassinadas, quantidade que sobrepuja a de nações em guerra. Essa foi a quantidade de mortes nos 7 anos de conflito no Vietnã, por exemplo. Apesar do elevado número, apenas 1% dos crimes redundam em prisão, e somente parte da pena é cumprida, devido à nossa leniente legislação penal. Menores de 18 anos nem sequer são condenados, por mais cruéis que sejam seus crimes.

Houve verdadeira comoção nacional com a perda da Copa, mas pouco se fala de nosso péssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – estamos em 79.º lugar, abaixo da média da América Latina. Entre as 100 melhores universidades do mundo, apenas uma é brasileira. O ensino público é lamentável, formando apenas analfabetos funcionais. A Argentina tem 5 Prêmios Nobel, Libéria 2, Gana 1 e Venezuela 1. Quantos tem o Brasil: zero! E esta é a nota que os políticos corruptos brasileiros merecem.

Como dissemos acima, a lista de mazelas criadas por maus dirigentes nos cento e tantos anos de república é interminável e impossível de ser relacionada neste exíguo espaço. Precisamos urgentemente de um choque de moralidade, ética e racionalidade, que uma Restauração monárquica poderia estabelecer com naturalidade. Assim como o Grito do Ipiranga deu início a uma nova nação, assim também o descontentamento das ruas está criando as condições para que tenhamos em breve um Novo Brasil.



Manifestantes ocupam o Congresso Nacional

Estado lastimável das estradas brasileiras elevam o custo Brasil



Médicos protestam por melhorias na saúde

A Monarquia melhoraria a vida dos brasileiros

D. LUIZ DE ORLEANS E BRAGANÇA



Estou persuadido de que a forma de governo monárquica traz consigo uma influência altamente positiva sobre o andamento dos negócios públicos, quer sejam eles políticos, quer econômicos ou sociais.

Com efeito, de um lado, a monarquia faz reviver as tradições de dignidade e de moralidade que caracterizaram o Império no

Brasil, e que foram mingando infelizmente em nosso País, à medida que este foi praticando a dura experiência da forma de governo republicana.

Segundo a Constituição imperial, o Poder supremo do Estado estava em mãos do Imperador. Este, exercendo assim o chamado Poder Moderador, ficava acima de todos os poderes, independente deles. De sorte que lhe tocava trabalhar com a isenção de ânimo e com o prestígio necessários, na coordenação dos vários poderes públicos, e do funcionamento sincrônico deles em benefício do país.

Sendo vitalício e hereditário, o Imperador paira naturalmente acima das injunções dos interesses políticos ou privados de qualquer ordem, e seu interesse pessoal se confunde inteiramente com o da Nação. Assim, não cabem desconfianças em relação aos intuitos que o movam no exercício da suprema magistratura do país. E, com tudo isto, ele pode exercer sobre a política e a administração pública uma ação moralizadora ao mesmo tempo

firme e serena, que vá colocando nos eixos tanta coisa que, por este nosso Brasil afora clama hoje em dia por uma ordenação.

Bem entendido, o Imperador tem todo o interesse em não exercer de modo arbitrário seu poder. Tal é a complexidade dos assuntos políticos, sociais e econômicos presentes que, mais ainda do que D. Pedro I e D. Pedro II, tem ele necessidade de conselheiros que o assessorem adequadamente e, assim, ponham à sua disposição, todos, o seu saber e competência para a escolha das melhores soluções dos problemas nacionais.

Nesse sentido, o Império contava com um Conselho de Estado, cujos membros eram vitalícios. É-me simpática a idéia de que um conselho desse gênero venha a ser restaurado pela Assembleia que elaborará a futura Constituição Imperial.

Está na índole de nossos dias que uma monarquia só possa ter vigência em regime parlamentar, de sorte que a composição do ministério se faça por designação das Câmaras, e com aprovação do Imperador.

Tudo isto deu excelente resultado durante o Império, assegurando a nossas instituições uma estabilidade e uma fecundidade notáveis, o que, por sua vez, conferiu a nosso país um progresso extraordinário, especialmente no reinado de D. Pedro II.

Tudo leva a crer que esse modelo, adaptado a nossos dias segundo as circunstâncias indicarem, também beneficiará a fundo a nosso país.

D. Pedro II promove o desenvolvimento do Brasil

LEOPOLDO BIBIANO XAVIER



Foi das mãos de D. Pedro II que o Brasil saiu apto a enfrentar as dificuldades políticas do continente e do século: pacificado e unificado pelo Imperador, o Brasil se impôs ao respeito internacional, disseminou a instrução, consolidou a linha de suas fronteiras, estabilizou a moeda, bateu-se vitoriosamente nas guerras que lhe foram impostas, tratou de igual para igual as maiores potências, não reconheceu hegemonias no

hemisfério, construiu a terceira esquadra do mundo. Apoiado em dois grandes partidos nacionais, praticou o parlamentarismo. Criou uma elite intelectual, moral, social e política, foi um fecundíssimo viveiro de valores humanos, insuflou as nossas maiores riquezas econômicas, aparelhou a indústria, construiu uma enorme rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, ligou-nos à Europa pelo cabo telegráfico, o telefone, a tração a vapor, impulsionou as ciências e as letras, conheceu aquilo que Cícero preconizava como a suprema ventura dos povos: o gozo tranquilo da liberdade.

Em 1874, o irlandês Hamilton Lindsay-Bucknall veio ao Brasil com a equipe encarregada de instalar o primeiro cabo submarino no País. Posteriormente escreveu um livro narrando a sua viagem, no qual encontramos as seguintes referências: *“Logo depois da amarração da extremidade do cabo submarino à terra, foram recebidas mensagens congratulatórias transmitidas ao Imperador pelos governadores do Pará, Pernambuco e Bahia. Os telegramas para o Imperador me foram confiados para entrega. Ao chegar ao palácio, fui conduzido sem cerimônia à presença de Sua Majestade Imperial. [...] O conteúdo dos telegramas pareceu satisfazê-lo muito e, a seu pedido, sentei-me ao lado. Fez-me então muitas perguntas sobre o cabo, a respeito do qual parecia estar profundamente interessado. [...] Prontamente verifiquei o acerto dos que o diziam um dos mais inteligentes e altamente dotados dos soberanos reinantes. Permaneci em sua companhia por algum tempo, durante o qual nossa conversa convergiu para diversos tópicos. Senti-me tomado de profundo respeito por aquele sábio homem que rege os destinos de um dos mais admiráveis impérios do mundo”*.

D. Bertrand: monarquia vigorosa na Espanha

O Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, em razão da renúncia do Rei Juan Carlos, da Espanha, concedeu entrevista a uma revista. A seguir alguns destaques:

Qual a relação da Família Imperial brasileira com a Casa Real espanhola? Meu pai era primo-irmão da mãe do Rei Juan Carlos; o avô dele era irmão de minha avó.

O Sr. conheceu o Rei Juan Carlos? Não, mas meu irmão mais velho, D. Luiz, conheceu. Inclusive esteve no casamento dele, muitos anos atrás.

E o que D. Luiz conta? Naquele tempo Juan Carlos era muito jovem, esportista, muito simpático. Recebeu meu irmão bastante bem. No casamento D. Luiz estava no posto de honra como representante da Família Imperial do Brasil, com todas as precedências.

Com a renúncia, o Rei Juan Carlos continuará tendo influência no país? Alguma influência certamente terá, mas quem vai assumir o trono é seu filho Felipe, que já tem 46 anos. Não é um menino, está bem preparado, já representou a Espanha em cerca de 100 oportunidades, conhece chefes de estado do mundo inteiro etc.

Que tipo de preparação é dada aos herdeiros do trono? Os herdeiros têm que estudar, conhecer a Nação, viajar e, em geral, fazem cursos nas três Armas. O rei Juan Carlos fez estágio nas três Forças Armadas, assim como os príncipes ingleses Charles, William e Harry. Em suma, é preparado desde a infância para uma importante missão, mesmo porque não se improvisa um chefe de estado, como não se improvisa um médico, um repórter etc.

Qual sua opinião sobre a abdicação? Pessoalmente não sou favorável. Agrade-me mais o sistema inglês, onde o soberano reina por toda a vida. À medida que avança em idade, vai delegando funções para o filho mais velho, o herdeiro. Esse é o sistema tradicional. Caso contrário, teríamos uma monarquia com prazo de validade. A Rainha da Inglaterra recentemente comemorou 60 anos de reinado. Foi uma apoteose. Imagine se haveria uma apoteose para um

ditador há 60 anos no poder... Há também o caso do Imperador do Japão, há muitos anos reinando e nada indica que vá abdicar. Impossível não é, mas o normal é que continuem até o fim da vida. Normalmente o posto de chefe de estado é vitalício. Mesmo nos Estados Unidos, uma república, na Corte Suprema o juiz é vitalício, é membro da Corte até o fim da vida. Pode renunciar se se julgar incapaz ou estiver muito doente. No Brasil o ministro do Supremo Tribunal Federal tem prazo de validade: aos 70 anos é compulsoriamente aposentado.

Falando em aposentadoria, Juan Carlos terá a sua? Certamente terá. O jornal *“O Globo”* noticiou que o parlamento espanhol decidiria uma dotação ao rei. Afinal, dedicou a vida dele inteira à Nação e tem que ter um fim de vida digno.

A popularidade do Rei Juan Carlos não estava em baixa? Pesquisas recentes mostram que mais de 80% da população espanhola é favorável à monarquia. Não há o menor risco de proclamação da república. Os jornais é que deram a entender que havia algum risco. O jornal *“O Estado de S. Paulo”* publicou que os principais partidos da Espanha são favoráveis à continuidade monárquica.

Como se explica a crise econômica na Espanha, sendo monarquia? A crise abrangeu mundo inteiro. Não é uma crise espanhola, mas mundial. É uma crise da qual a Espanha está saindo brilhantemente. O mesmo não se dá com o vizinho Portugal. A figura do rei ajudou muito a Espanha a superar a crise.

Juan Carlos fortaleceu a democracia na Espanha? Certamente, dando estabilidade à Nação. Na Espanha houve alternância de partidos no poder com naturalidade. No Brasil, durante o II Reinado, foram 49 anos em que as eleições se realizavam religiosamente de acordo com o calendário eleitoral. Não houve nenhum golpe de estado, estado de sítio ou suspensão dos direitos individuais dos cidadãos. Graças à monarquia é possível haver uma democracia autêntica, sem essas disputas contínuas que há nas repúblicas, onde os candidatos vivem se digladiando.



O Rei Juan Carlos da Espanha abdica em favor de seu filho Felipe

Como um sul-americano vê um rei como o da Espanha? A monarquia está muito mais na ordem natural das coisas do que a república. As pessoas se identificam mais com o monarca do que com o presidente. Tempos atrás o rei da Espanha visitou a Argentina e como chefe de Estado ofereceu um almoço na embaixada da Espanha em Buenos Aires ao então presidente argentino. Em certo momento saíram ao balcão e o rei foi muito mais aplaudido do que o presidente. O presidente disse: se houvesse eleição aqui e os candidatos fossem Vossa Majestade e eu, Vossa Majestade seria eleito presidente da república Argentina... No Brasil a monarquia foi abolida há mais de 100 anos e até hoje os membros da Família Imperial são recebidos com muito carinho e entusiasmo.

Qual é a função do rei? É muito mais simbólica do que executiva. Em primeiro lugar, o rei é chamado a encarnar a virtude de seu povo, ser o símbolo vivo da nação, representar sua nação diante do concerto das nações. Assim era D. Pedro II. No Brasil havia um quarto Poder, o Moderador. Foi a grande genialidade do regime brasileiro, porque nos países em que existem só três Poderes a tendência é de hegemonia de um sobre os outros. O Poder Moderador, definido no art. 97 da Constituição Imperial, era função do Imperador, o qual procurava a harmonização dos demais poderes em função do bem supremo da Nação. E aqui encontramos o ponto de equilíbrio. Nessa época havia representação popular com eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados, os partidos se sucediam e o primeiro ministro representava o partido majoritário. Durante todo o Segundo Reinado o Partido Conservador e o Liberal se alternaram no poder, sem nenhum problema, pois era exatamente o Imperador que garantia que a vontade popular, expressa nas eleições, se realizasse. Diferente da república, onde houve tantos golpes de estado. Mais da metade do período republicano transcorreu com estado de sítio, governos de exceção, ditaduras, etc.



JOSÉ GUILHERME BECCARI

Espelho, espelho meu... – “A república é a carta de alforria da feiura”, dizia o famoso escritor francês Anatole France.



Talvez por isso os políticos brasileiros tentem melhorar suas fisionomias, nas vésperas de eleições, recorrendo a cirurgias plásticas. Já que não inspiram confiança e tampouco espelham a dignidade dos soberanos, reformam seus semblantes para disputar cargos públicos, tentando mostrar alguma jovialidade e confiabilidade. Segundo entrevista à imprensa, o cirurgião plástico Alexandre Senra, famoso por recauchutar rostos de políticos, afirma que

“a procura por cirurgias plásticas em ano eleitoral chega a dobrar, ou até triplicar”. E continua: “A procura começa um ano antes das eleições e vai até julho. As cirurgias mais pedidas são para operar a pálpebra, fazer preenchimento e outros procedimentos que deixam a aparência mais jovial”. Salvas literalmente as “aparências”, resta saber se estas custosas intervenções não serão também pagas pelo esfolado contribuinte brasileiro.



“Não somos curupiras” – O cacique Álvaro Tukano é líder indígena na região de São Gabriel da Cachoeira, município localizado no Alto Rio Negro, extremo norte do Amazonas, mais conhecido como Cabeça do Cachorro. Dada sua notoriedade, as entrevistas de Tukano circulam largamente pela internet, e em uma delas afirma taxativamente que os índios de sua aldeia procuram sempre alguma atividade econômica para desenvolver e assim beneficiar suas comunidades, “mas a FUNAI, o Instituto Chico Mendes e até a Polícia Federal aparecem e dizem: não!” E continua: “É lamentável estarmos no meio de tanta riqueza e sermos miseráveis”. Perguntado o que a FUNAI lhes oferece depois da demarcação, responde, não menos contundente: “Não existe nada que tenha feito em nosso benefício. Serve apenas ao partido de seu patrão. Por isso somos miseráveis, garimpeiros, madeireiros, mulas do narcotráfico, alcoólatras e sujeitos a todo tipo de violência”. Depois de afirmar que os índios são brasileiros que aspiram ao progresso como outro qualquer, conclui: “É ridículo que alguém que não conheça o índio venha dizer como deve ser a vida do índio. Não somos curupiras ou outros duendes, ou anta e macaco de zoológico, para sermos bem apreciados e fotografados”... Paradoxalmente, não são

poucas as ONGs nacionais e internacionais que recebem poludas somas de governos para manter nossos irmãos índios na mais completa miséria.

Apagão externo – Não existe instituição brasileira de mais prestígio internacional do que nossa Diplomacia, representada pelo Itamaraty. Já na época imperial D. Pedro II era chamado a intermediar conflitos entre nações. Nossa escola diplomática, o Instituto Rio Branco, invejada, ao longo dos anos formou servidores de alto quilate, cujas qualidades – habilidade, senso político, finura – elevaram alto o prestígio do Brasil. Mas infelizmente mais este ícone vem sucumbindo graças à atuação ideológica dos últimos governos republicanos. “Vivemos um apagão em política externa. Estamos em um voo cego. A ausência de estratégia a médio e longo prazo é um fato absolutamente verdadeiro. Em raros momentos da história brasileira a chancelaria foi tão pouco prestigiada. Há uma contenção orçamentária muito grande, um esvaziamento. O Itamaraty se apequenou. Essa instituição nunca teve tão pouco prestígio como no atual governo”. Tais declarações, feitas pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, confirma portanto o desmonte. E faz o diagnóstico: “O erro está em submeter a política externa, que deveria buscar os interesses de Estado, a uma política de governo. Mais do que isso, submetê-la aos ditames do partido hegemônico no momento, o PT”. Na realidade, segundo o senador, existe um chanceler de direito, Luiz Alberto Figueiredo, e outro de fato, Marco Aurélio Garcia, assessor presidencial responsável pela aproximação (melhor diríamos, submissão) com governos bolivarianos. Enquanto persistir mais esta política caolha, dificilmente o Brasil atingirá o destaque que tanto almejamos.

Constrangedor – A “presidenta” Dilma Rousseff passou por situações das mais embaraçosas durante suas idas a estádios, durante a Copa. Embora aconselhada a evitar ao máximo tais visitas, quando obrigada, bastava aparecer nos telões para eclodirem vaias e xingamentos. Visando amenizar a previsível situação, músicas eram colocadas em alto volume, encobrindo em parte os protestos. De maneira alguma se justificam as palavras de baixo calão dirigidas contra a primeira mandatária. Mas o caos implantado no País por ela e seu partido é tal, que também tem razão o filósofo, escritor e matemático alemão Georg Christoph Lichtenberg (1799), que afirma: “Quando os que comandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito”.

